

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FEMININA PRIVADA EM PELOTAS/RS, (1875-1890)

MACIEL, Patrícia Daniela<sup>1</sup>.  
Faculdade de Educação/UFPEL  
sissah@terra.com.br

### 1. Introdução:

Nesta comunicação pretendo apresentar o processo de pesquisa sobre a educação feminina em Pelotas, dando ênfase aos resultados e análises referentes à pesquisa de mestrado concluída em 2007, realizada no PPGE da FaE/UFPEL, na linha de História da Educação<sup>2</sup>, sob o título: “O ensino privado feminino em Pelotas no século XIX através dos anúncios de jornais pelotenses (1875-1890)”, que teve como objetivo analisar a educação feminina e mostrar que havia nesta cidade, no século XIX, uma significativa e diversificada rede de ensino feminino privados (aulas particulares, colégios femininos, externatos, internatos, etc.), e, em consequência, um amplo mercado de trabalho para as mulheres especialmente as mulheres professoras.

É uma pesquisa que se constituiu na análise documental, a qual utilizou como fonte os jornais disponíveis no Museu da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), os jornais pesquisados foram: *Correio Mercantil*, *Jornal do Commercio*, *A Discussão*, *Onze de Junho*, *A Pátria*, *Diário de Pelotas*, *Rio Grandense* e *A Nação*, nos quais foram privilegiados os anúncios de aulas particulares ministradas por professoras e de *collegios femininos*. Os anúncios, nessa pesquisa, foram utilizados pela sua pertinência, formando um *corpus* documental. Foram analisados 1006 anúncios, 349 referentes a 20 aulas particulares e 657 relacionados aos 21 *collegios femininos*, que revelaram uma das principais formas de educação das mulheres da elite pelotense.

<sup>1</sup> Patrícia Daniela Maciel é licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (2004). Mestre em Educação, pela Faculdade de Educação (UFPEL, 2007). Professora substituta da FaE/UFPEL. Professora do curso do Magistério do Colégio Municipal Pelotense. Pesquisadora do grupo HISALES – História da Alfabetização, Escrita, Leitura e dos Livros Escolares.

<sup>2</sup> Orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane T. Peres, professora do curso de Pós Graduação, FaE/UFPEL.

As análises tiveram como referência os estudos sobre a história da educação, mais especificamente, a história das mulheres no intuito de demonstrar e indicar, através dos anúncios, alguns fatos e intenções daquilo que foi a educação feminina. Nesse sentido, os estudos que subsidiam a análise deste trabalho são referentes à história das mulheres e educação e relações de gênero, como, por exemplo, Lopes (1994), Scott (1992, 1995), Louro (1997), Perrot (2005), e, por outro, estudos da história da educação, como Schneider (1993), Tambara (1997), Faria Filho & Vidal (2000), Peres (2002).

Assim, abordo neste artigo alguns fatos referentes à história da educação feminina em Pelotas, apresento os modelos dos anúncios e as diferentes modalidades de instrução oferecidos ao *belo sexo* explicitando através da análise deste material, as aulas particulares e os colégios femininos privados como espaços de formação das meninas e moças da elite pelotense, assim como um modelo de ensino de “boa” qualidade, que oportunizou o acesso à escola às mulheres, bem como um importante espaço de trabalho das mulheres/professoras.

## 2. Aspectos da História da Educação Feminina Privada em Pelotas

Pelotas, em função da sua riqueza que circulava no século XIX, teve uma vida social e cultural intensa. O modelo de vida, os costumes, os hábitos, os comportamentos, o lazer, as artes, a educação e as atividades intelectuais de um modo geral, foram imitados principalmente do município da Corte (Rio de Janeiro) e dos países da Europa. As tendências para o desenvolvimento, de modernidade, de civilização, de nobreza, provinham principalmente da França, que servia de parâmetro para a organização da vida familiar e social da elite pelotense. Isto era claramente perceptível na arquitetura dos prédios públicos e particulares, nos móveis e na decoração das casas, no vestuário, nas leituras, nas idéias que penetraram amplamente em alguns segmentos da sociedade pelotense.

Importante destacar que a cidade, neste período, alcançou projeção na Província e em nível nacional, a ponto de tornar-se uma dos centros urbanos mais importantes do Rio Grande do Sul, como centro industrial e comercial charqueador mais importante de toda a Província. E, com a pujança econômica, advinda da

indústria saladeril, responsável pela importância que adquiriu a cidade no cenário gaúcho e brasileiro, tornou-se, o grande centro produtor do charque tanto que no final do século XIX havia por volta de 40 charqueadas instaladas às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo.

Em relação à educação, a cidade, denominada São Francisco de Paula no ano de 1832, já contava nesta data, segundo Magalhães (1993, p. 225), com algumas escolas: “havia aqui cinco aulas particulares, freqüentadas por 244 alunos, sendo 35 do sexo feminino”. Neste mesmo ano, ao tornar-se vila, “estabeleceu-se a primeira escola pública, com duas aulas – para meninos e meninas, separadamente” (1993, p. 225).

Ainda conforme Magalhães (1993, p. 225), “na realidade, desde 1820 (desde antes da Independência) haviam sido autorizadas a funcionar na Capitania de São Pedro oito aulas públicas de primeiras letras – inclusive uma delas na Freguesia de São Francisco de Paula. Só não há indícios de que tenha sido efetivamente instalada”. Porém, segundo o autor, com a Revolução Farroupilha (1835-1845) todas foram fechadas. Depois da guerra o ensino foi instalando-se gradualmente: “dizem as estatísticas que em 1847 havia 11 escolas em Pelotas, entre públicas e particulares; em 1861, 14; em 1873, 28; em 1891, 46. Isso significa que a oferta material da instrução dobrou entre 1861 e 1873 e mais, triplicou durante o período que nos ocupa [1860-1890]” (MAGALHÃES, 1993, p.226).

Ao se referir ao ensino feminino afirma que:

Não podemos generalizar a educação feminina imperial como sendo pouco desenvolvida. Pelotas se diferencia ao consolidar a freqüência das mulheres no ensino feminino. (...) Em 1891, de 2.759 alunos, 1.119 eram do chamado belo sexo. (MAGALHÃES, 1993, p. 232).

Apesar do autor não especificar o número de escolas privadas femininas, destaca algumas existentes nessa época: “o colégio Santa Rosa, da professora Rosa Pinto; o Colégio Acácia, o primeiro exclusivamente feminino, cuja diretora era M.M. Medeiros; o Colégio de Meninas, de Madame Jeanneret; os colégios Santa Cecília e Vitória, que faziam propaganda na imprensa das suas aulas de agulha e bordado” (MAGALHÃES, 1993, p. 226). Embora não fosse a temática de pesquisa do autor, ele indicou a existência de uma rede de escolas particulares e femininas, questão relevante para esta pesquisa.

É preciso considerar também que, nesse período, as iniciativas públicas no campo da educação feminina ainda eram lentas e graduais, o que possivelmente favoreceu a expansão do ensino privado em Pelotas, uma vez que a educação das mulheres estava em pauta nos debates e circuitos intelectuais nacionais e locais (Cf. TAMBARA, 1997).

Em relação à tímida presença do poder público na educação, no Brasil imperial, conforme Cardoso, a escola particular mantinha um espaço de atuação que era “*complementar e não concorrente*” (2004, p. 183. Grifos meus); o que havia era, na verdade, um “incentivo do Estado para a proliferação do ensino particular”, traduzindo-se essa política de diferentes formas.

Em Pelotas, constatou-se essa mesma política, através da pouca iniciativa do poder público referente à escolarização da população. Apesar da lei da obrigatoriedade do ensino, a educação era precária em sua efetivação, com poucas aulas elementares, o que contribuiu para a existência das escolas particulares femininas e para a oferta significativa de ensino não-formal para as meninas nesse período, especialmente, com a lei de “liberdade de ensino”<sup>3</sup>. Além disso, a riqueza advinda da indústria do charque, a presença de uma elite e seu conseqüente interesse em educar o *bello sexo*, foram outros fatores que incentivaram a efetivação da educação privada feminina.

Nesse contexto, busquei nos anúncios das aulas particulares e dos colégios femininos privados, alguns indícios de como este ensino feminino historicamente se efetivou na cidade de Pelotas.

#### 4. As aulas particulares femininas em Pelotas no século XIX

Os anúncios das aulas particulares permitiram constatar que, além dos colégios particulares, as práticas domésticas de escolarização foram, sem dúvida, uma modalidade de educação feminina comum nos Oitocentos, em Pelotas. A característica desta modalidade de ensino destaca-se:

<sup>3</sup>Arriada (2001) destaca o “domínio incontestável dos colégios particulares”, comentando que, conforme os relatórios dos Presidentes de Província, a supremacia deste ensino preocupava as autoridades governamentais. Contudo, pela reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, se estabeleceu uma ampla liberdade de abertura de escolas.

- Por um espaço destinado à educação das meninas, ministrado por uma professora, tendo uma ou mais matérias, como de primeiras letras, piano, línguas, música, artes, etc., geralmente utilizando o método individual; localizadas em “espaços improvisados”, como a residência da professora, dos próprios alunos (as), ou de algum parente, etc. O custo era estabelecido pela professora ou pela família que necessitava do serviço. Geralmente sem hora e tempo de instrução definidos. À seguir, apresento um modelo dos anúncios encontrados com algumas dessas caracterizações:

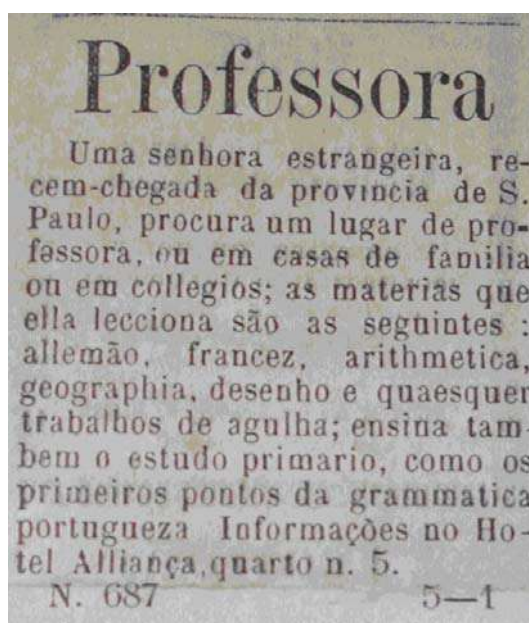


Ilustração 1 – Correio Mercantil, 17 de abril de 1889.

Entre os anúncios das aulas particulares, majoritariamente, a publicação era de professoras se oferecendo para ministrar aulas particulares. Essa afirmação pode ser verificada através dos 349 anúncios de aulas particulares localizados. Eles referem-se, nos 16 anos da pesquisa, a 16 **ofertas** de professoras e, somente, 3 **pedidos** por professoras. Das 16 professoras que oferecem seus serviços, em 13 casos é possível identificar seus nomes: *Amelia Rosa da Conceição*, *Anna da Silva Carvalho*, *Thereza Meraldi*, *Mlle. Isabel Mac'Ginity*, *Mme. Bianca Blume*, *Adela O. de Royoi*, *Florinda Maria da Costa*, *Ursula da Silva Lima*, *Emilia de Mendonça*, *Mathilde Figueira*, *Maria Imbert*, *Brasília Bueno Pires* e *Madama Messeder*; as outras 3 ofertas são assim referidas: “uma senhora franceza” (Correio Mercantil, 09/11/1883);



“uma senhora de meia idade e solteira” (A Pátria, 06/03/1888); “uma senhora estrangeira”(Correio Mercantil, 17/04/1889). Em relação às 3 solicitações por professoras, uma era para lecionar para meninas, outra para lecionar português e, finalmente uma para preceptoria.

Assim, segundo os anúncios dos jornais pelotenses, observa-se que a educação feminina doméstica era uma modalidade de ensino comumente aceita e praticada. Nesses registros, foi possível categorizar diferentes espaços e formas de oferta de educação doméstica, entre eles encontravam-se:

- Oferta de aulas particulares ministradas na residência das professoras ou de seus parentes;
- Oferta de aulas particulares ministradas por professoras na casa do aprendiz;
- Oferta de aulas ministradas por preceptoras (professoras que residiam na casa dos alunos);
- Solicitação, pedidos de professoras e/ou pessoa habilitada para dar lições em residências.

As aulas particulares, nesse sentido, tinham como uma das principais características a oferta de ensino individualizado, geralmente com uma disciplina como as primeiras letras, língua estrangeira, música, dança, artes, bordados, ministrada por uma professora que utilizava a casa das alunas ou a própria residência como espaço educativo. A casa, era reconhecida oficialmente como uma opção educacional, segundo o Decreto – N. 7247, de 19 de abril de 1879, art. 2º, da Reforma Leôncio de Carvalho, (Cf. Tambara e Arriada, 2005b, p.75). Observa-se que com a obrigatoriedade na escolarização das matérias do programa das escolas primárias de 1º grau, as famílias poderiam proporcionar o ensino para seus filhos nas casas, conforme o regulamento o ensino poderia ser ministrado nos “estabelecimentos particulares ou em suas casas”.

A ‘casa’ apresentava-se nesse período, legalmente, como um espaço de educação formal. As famílias poderiam manter seus filhos e filhas aos seus cuidados, ou seja, a casa era um espaço que permitia a adaptação da lei de obrigatoriedade do ensino com a vida das pessoas, de acordo com as conveniências das famílias ou das professoras e com os costumes locais. No caso das mulheres, além disso, era uma forma de mantê-las no espaço doméstico. Sendo assim, apesar da “improvisação”, a casa legitimava-se como um espaço de ensino, proporcionando educação e instrução.

Conforme Vasconcellos (2005, p. 53), as professoras eram denominadas, nesses casos, de “mestres das casas” que, segundo a autora, foi um termo que perdurou até meados do século XIX e que indicava a denominação para professores/as particulares, porque atendiam as crianças nas casas e ministravam aulas de conteúdos ou conhecimentos específicos individualmente ou pequenos grupos, via de regra, familiares.

Essas professoras particulares, ofereciam seus serviços durante muito tempo, conforme, exemplo, o anúncio da Sr. D. Adela O. de Royoi que foi publicado durante 3 meses, em 1883, totalizando 90 anúncios. A professora oferecia aulas de ‘*musica, piano, francez e italiano*’ que eram ministradas em sua residência. Outro exemplo é o de Mlle. Isabel Mac’Ginity que em 1880, entre os meses de janeiro a maio, publicou 45 anúncios, oferecendo-se para o ensino de ‘*francez, inglez ou allemão, a fallar, traduzir ou escrever grammaticalmente*’. Isso talvez indique que o mercado não fosse tão receptivo às mulheres; e, que foi necessária muita determinação, persistência e luta para garantir o exercício da profissão. Outra característica deste trabalho era a rotatividade das professoras, apesar dessa modalidade de ensino ser constante, a troca de anúncios e nomes das professoras indica uma freqüente mudança no quadro de oferecimentos. Algumas, após algum tempo, fundavam *collegios femininos* ou atuavam paralelamente em ambos os espaços. As aulas particulares foram, nesse sentido, uma estratégia que algumas professoras utilizaram para estabelecerem-se e investirem em um projeto mais ambicioso: a criação e a manutenção de uma escola. Era, também, certamente, uma forma de ganhar a credibilidade da clientela. Além disso, as aulas a domicílio significaram a ‘porta de entrada’ para que mulheres recém chegadas de países europeus e platinos iniciassem o seu trabalho como professoras na cidade.

Nos anúncios das aulas em domicílio foi possível, então, verificar como as professoras, principalmente as estrangeiras, iniciavam suas práticas educativas: primeiramente ofereciam serviços como professoras particulares, e, transcorrido um tempo, abriam seus próprios colégios para meninas; talvez após ambientarem-se, conhecerem a cidade, conquistarem ‘clientela’ e alcançar uma certa legitimidade e credibilidade entre a população. Um exemplo disso foi identificado, entre outros, através dos anúncios de Mlle. Isabel Mac’Ginity, no Jornal do Comércio do dia 25 de Janeiro de 1880 e, após, no dia 07 de Janeiro de 1881. Inicialmente, em 1880, a

professora ofereceu aulas particulares e no ano seguinte abriu uma escola feminina privada de ensino primário e secundário, denominada “Collegio Victoria”. Seguem os anúncios:

#### PROFESSORA

Mlle. Isabel Mac Ginity, discípula das irmãs de caridade de São Leopoldo, propõe-se a leccionar em collegios ou casas particulares, o francez, inglez ou allemão, a fallar, traduzir ou escrever grammaticalmente. Para informações com o Sr. Tenente- coronel Joaquim Ragado ou o Sr. Benjamin Guerreiro na rua Andrade Neves, 107. Casa de Confiança. (PROFESSORA, 1880, p.3).

#### COLLEGIO VICTORIA

98 RUA PAYSANDU 98

Isabel Mac-Ginity, ex-alumna do collegio de S. José, em São Leopoldo e ex-professora do collegio de Mme. Jeanneret.

A directora deste collegio previne nos respeitáveis pais de família que abre as aulas de seu estabelecimento de instrucção primaria e secundaria no dia 10 do corrente. As matérias do ensino se compõe:

Ensino primario

Leitura, calligraphia, arithmetica, orthographia, grammatica e systema métrico.

Ensino secundario

Portuguez, francez, inglez, allemão, geographiageral, chorographia do brazil, analyse, themes de redução, arithmetica desenvolvida, etc.

Trabalhos de agulha

Crochet, tricot, netting, ponto de marca, flores de papel, lã e pennas, bordados em branco, filó, matiz, fróco, ouro e applicação.

Preços

Externas primarias..... 15\$000 – Por trimestre adiantados

Ditas secundarias.....24\$000

Bellas-Artes

Piano, canto e desenho.

Desde o começo das aulas abrir-se-ha uma classe para particar a fallar o francez, inglez e allemão.

O ensino das Bellas-Artes é pago separadamente. (COLLEGIO VICTORIA, 1881, p.3).

Um dos atrativos para atrair a clientela era a publicação da origem das suas habilitações como professoras: na Corte, em colégios, discípulas dos colégios de irmandades, das faculdades dos países europeus, com atestados e comprovações das suas capacidades para exercer a profissão do magistério. Conforme o exemplo:

#### CURSO DE FRANCEZ

Uma senhora franceza habilitada e com diploma da Faculdade de Paris tem a honra de informar as Exmas. familias desta cidade que no dia 13 do corrente abrirá um curso de lingua franceza pratica. Tambem póde leccionar em casas das Exmas. discipulas. Para maiores informações



dirigir-se todos os dias das 9 as 11 horas da manhã a rua General Osório n. 196. (Correio Mercantil, 09/11/1883).

Outras declaravam suas habilidades para a instrução das discípulas e atestavam importantes títulos, como os exemplos da professora Mme. Messseder, ‘discipula do conservatorio de Pariz’; da “senhora franceza”, diplomada pela Faculdade de Paris; e da professora Emilia de Mendonça, pela Instrucção Publica da Corte. Nos anúncios, as professoras utilizavam por vezes, também informações como: “estado em Paris mais de cinco anos”, “aprovada pelo Conselho Director da Instrucção Publica de Pariz”, “recentemente chegada a esta cidade dispendo das necessarias habilitações,” ou “com diploma da Faculdade de Paris”. Essas informações indicam que as professoras particulares salientavam essas qualificações como forma de valorização da sua condição e capacidade para exercício do magistério o que revela que as professoras eram, de uma forma geral, mulheres com boa formação intelectual. Assim como essas habilitações, as referências morais também eram salientadas: *dotada de grandes qualidades, distincta professora, dedicada acrisoladamente, dotada de grandes qualidades que a tornam recommendavel a sociedade, recomendada pelos bons conceitos*. Essas qualidades somavam-se às habilitações e representavam um diferencial entre as professoras.

Outra característica peculiar era o caso das professoras estrangeiras, cuja nacionalidade era informada. Conforme Louro (1997a, p. 448), “o abandono da educação nas províncias brasileiras, denunciado desde o início do Império, vinculava-se, na opinião de muitos, à falta de mestres e mestras com boa formação”. Nesse sentido, a existência de professoras estrangeiras pode ter representado, na época, uma oportunidade de preencher as lacunas da falta de professoras qualificadas.

Entre as matérias oferecidas pelas professoras particulares, verificam-se as mais diversas matérias lecionadas. Assim, segundo Vasconcelos (2005, p.75), nos Oitocentos no Rio de Janeiro, “apenas em alguns casos há coincidência de matérias lecionadas pelos professores, pois as combinações são as mais diversas e relativas às habilidades de quem as ensinava”.

Em Pelotas, além do francês, quase sempre as lições oferecidas pelas professoras variavam entre áreas e atividades relacionadas aos conhecimentos intelectuais, literários e manuais. Além das primeiras letras, que correspondiam ao

ensino da leitura, desenho, escrita e contas, havia os conhecimentos específicos para meninas, como prendas, agulhas, ensino de música, canto e piano, juntamente com o ensino de línguas, majoritariamente o francês, e em algumas aulas o italiano, alemão e inglês. Nessa perspectiva, a formação feminina caracteriza-se como um ensino em que as mulheres educavam as alunas para uma formação com conhecimentos gerais, concomitantemente direcionada para uma formação literária e destinada às prendas domésticas.

Outro fator relevante indicado nos anúncios eram os métodos utilizados pelas professoras como, por exemplo, o método Hallendorf<sup>4</sup>, da professora Anna da Silva Carvalho, e o sistema adotado pela professora Adela O. de Royoi, '*systema adoptado pelos professores da Europa*'. Esses sugerem que os ensinamentos trazidos pelas professoras estrangeiras tentavam reproduzir as práticas culturais e educativas da Europa. Apesar desses anúncios, os métodos nem sempre eram explicitados e em raríssimas vezes o tempo de ensinamento era previsto. As aulas ou lições nas residências, quando se tratava dos métodos, revelam que na prática dos Oitocentos o método individual, sem dúvida, foi o mais utilizado.

Em relação à contratação dos serviços das professoras, na maioria dos anúncios, os valores exigidos eram geralmente representados por um preço que ficava muitas vezes 'a combinar'. Marcada pela informalidade e descontinuidade, o pagamento pelo serviço de instrução poderia ser por uma 'módica retribuição', revelando uma característica na contratação das professoras. Assim, percebe-se que tanto nas disciplinas quanto nos métodos não havia coincidências adotadas pelas professoras. Seguindo essa prática, os horários estabelecidos ou tempo de ensinamento também não eram uniformes. Sendo assim, pode-se afirmar que as professoras particulares, nas aulas domésticas, apesar de regulamentadas, não cumpriam horários, tempos, métodos ou disciplinas fixas. Estavam isentas de fiscalização e tinham autonomia para definir juntamente com as famílias o que lhe convinha.

Pode-se perceber, assim, que a educação em domicílio foi uma prática comum no século XIX, que permitiu, de alguma forma, a escolarização de uma

<sup>4</sup> Em relação ao Método Hallendorf, fiz uma pesquisa geral, porém sem obter informações.

parcela da população pelotense e a saída de muitas mulheres para o mundo do trabalho.

As aulas particulares foram, sem dúvida, uma prática de instrução doméstica comum utilizada no século XIX, que apesar da sua informalidade, principalmente em função da utilização das casas, horários, disciplinas, métodos e valores com combinações diversas, permitiu a 16 professoras localizadas a disputa e conquista de um mercado de trabalho em ascendência. As aulas particulares representaram, nesse sentido, às professoras, um trabalho remunerado, uma forma de ganhar a vida e a credibilidade da clientela. Além disso, as aulas a domicílio significaram a 'porta de entrada' para que mulheres recém chegadas de países europeus e platinos iniciassem o seu trabalho como professoras na cidade. Sendo assim, é preciso destacar a importância das aulas particulares na formação e instrução da elite pelotense, da sua constituição nesse momento, como um trabalho significativo para as mulheres nacionais e estrangeiras do século XIX e, além disso, como uma oportunidade de investimento em um projeto mais ambicioso: a criação e a manutenção de uma escola.

São essas escolas, oferecidas por professoras e denominadas de *collegios femininos*, que seguidamente apresento a análise, através dos anúncios de jornais pelotenses.

## 5. Os *collegio femininos* privados

Os colégios femininos privados foram nesta pesquisa, espaços educativos marcantes na formação das meninas e moças pelotenses, assim como espaços importantes para a abertura de trabalho para as mulheres. Entre as principais características, destaquei:

- os colégios particulares como espaços criados sempre, no caso desta pesquisa, por uma mulher, geralmente a diretora da escola, com mais de uma professora ou professor ministrando as aulas e contratados pela diretora, com um prédio próprio ou na casa das *directoras*, com dias e horários estipulados, onde eram ensinadas diversas matérias e habilidades em níveis diferenciados de instrução, ou seja, o ensino primário e secundário, havendo avaliações finais. Os preços eram

estipulados de acordo com as modalidades – de internatos, semi-internatos e externatos – e os pagamentos geralmente trimestralmente adiantados. À seguir, um exemplo destes anúncios:

**Collegio Victoria**  
98 RUA PAYSANDU 98

DIRIGIDO POR  
Mlle. Isabel Mac-Gnity, ex-alumna do collegio de S. José, em S. Leopoldo, e ex-professora do collegio de Mme. Jeanneret.

A directora d'este collegio previne aos respeitaveis pais de familia que abre as aulas de seu estabelecimento de instrucção primaria e secundaria no dia 1o do corrente. As materias do ensino se compõe :

**Ensino primario**  
Leitura, calligraphia, arithmetica, orthographia, grammatica e systema metrico.

**Ensino secundario**  
Portuguez, francez, inglez, allemão, geographia geral, chorographia do Brazil, analyse, themas de redacção, arithmetica desenvolvida, etc.

**Trabalhos de agulha**  
Crochet, tricot, netting, ponto de marca, flores de papel, lã e pennas, bordados em branco, filô, matiz, frôco, ouro e applicação.

**Preços**

Externas primarias	15\$000		Por trimestres
Ditas secundarias	24\$000		adiantados

**Bellas-Artes**  
Piano, canto e desenho.  
Desde o começo das aulas abrir-se-ha uma classe para praticar a falar o francez, inglez e allemão.

O ensino das Bellas-Artes é pago separadamente.

N. 48

Ilustração 2 – Jornal do Commercio, 07 de janeiro de 1881.



As escolas femininas eram específicas para a formação das mulheres, de uma forma geral, dedicavam-se desde as primeiras letras até o ensino secundário. Os anúncios traziam a denominação colégios, sempre centralizada na parte superior dos mesmos, e acompanhada do nome da escola, posteriormente, o currículo, os nomes dos integrantes do corpo docente, os preços cobrados, o endereço, em alguns casos, a habilitação da professora, o sistema: de internato, externato, e semi-internato, não exatamente nesta mesma ordem, e o nome da *directora*.

A partir da leitura destes modelos de anúncios diários, foi possível localizar 21 *collegios* de ensino primário e secundário e 21 *directoras*<sup>5</sup>, encontrados nos jornais pelotenses, que estão, a seguir, em ordem cronológica dos anos da pesquisa: *Collegio de Meninas – Mme. Berta Jeanneret; Collegio Acacia – Maria Malvina de Medeiros; Collegio Francez – Mme. Branca Audissou; Collegio Santa Rosa – Rosa B. Pinto; Collegio Santa Cecilia – Adelaide Rodrigues Patricia; Collegio de Instrução Elementar – D. Amália P. Furtado; Collegio Franco Brasileiro – Mme. Lampaignere; Collegio Francez – Miss. Mary Milne; Collegio Victoria – Isabel Mac’ Ginity; Collegio Minerva – Emilia Frazão Silveira; Collegio Perseveraça – Maria Antonia Mursa; Externato Particular – Emilia de Mendonça; Elementarschule – Angelina Kleyn; Collegio São João – Florinda de Souza Barcellos; Collegio Pedro II – Anna Barcellos de Moura*<sup>6</sup>; *Collegio Honra e Trabalho – D. Maria Luiza de Arruda Pires; Collegio para Meninas – Mme. Messeder; Collegio N. S. da Conceição – Sra. D. Herminia H. da Rocha; Externato Nacional – D.D. Antonia Rochefort e Josephina Laquintinie Queiroz; Collegio Santa Anna – Anna Barcellos de Moura; Collegio Minerva – Ursula da Silva Lima.*

No que diz respeito ao conteúdo destes anúncios, relato as matérias escolares que, na sua maioria, traziam destaque para o *programa escolar*, e estabeleciam as matérias e a divisão dos níveis de ensino, primário e secundário, como forma de organização escolar. Este programa, similar ao oferecido pela escola pública, trazia principalmente, a disciplinas, como: leitura, português, caligrafia,

<sup>5</sup> As 'directoras' eram as professoras que criavam e anunciavam seus colégios, destacando-se como diretoras e responsáveis pelos colégios femininos privados.

<sup>6</sup> A diretora Anna Barcellos de Moura aparece em duas escolas, portanto seriam 21 colégios e 20 diretoras, mas como o colégio Externato Nacional possui duas diretoras, D. D. Antonia Rochefort e Josephina Laquintinie Queiroz, a soma total é 21 colégios e 21 diretoras.



aritmética e o *ensino das cousas*; contudo, encontrei a ausência do ensino religioso como uma das matérias de ensino das escolas privadas, um indicador da tendência do ensino feminino laico em Pelotas, contrário ao que ocorreu na educação do Brasil imperial de uma forma geral, conforme Cury (2005, p.7), neste período, a “igreja católica é uma destinatária da educação” e “da abertura de colégios”, até mesmo por sua condição, posta o ordenamento jurídico, de religião oficial do Reino e, depois, do Império”.

Além disso, as escolas privadas ofereciam variedade de outras matérias, principalmente o francês e outras línguas como, por exemplo, o *inglês*, o *italiano* e o *alemão*; matérias como *desenho*, *piano*, *canto*, *musica vocal*, *instrumental*, *dança* e *artes*; e matérias denominadas ‘*Bellas Artes*’, como *bordados*, *costura*, *trabalhos de agulha*, *de mão* e *de machim*, *croquet*, *economia domestica*, *renda de malhas*, *pontos de lã*, *trabalho de coral*, *de cancha*, *de solla*, *de cortiça*, *de musge*, *de cortiça*, *desenho oriental*, *flores de papel*, *cera*, ou seja, uma diversidade de matérias, muitas delas específicas à educação da mulher. Os *collegios femininos* se destacam, nesse momento, pela diversidade na oferta de matérias com conhecimentos para a formação intelectual, literária e doméstica das mulheres. Conforme Louro (1997a), na virada do século XIX para o XX, uma das características desse modelo de ensino era a preparação das moças com destino ao lar.

Apesar da ampliação em relação ao ensino oferecido pelo ensino público, a educação nos *collegios femininos* particulares estava vinculada às circunstâncias históricas específicas que separavam e diferenciavam as mulheres dos homens e ofereciam oportunidades de conhecimentos diferenciados. Ao comparar as matérias oferecidas pelos colégios particulares femininos e masculinos, percebe-se que, assim como na comparação entre escola pública e particular, as matérias do ensino primário se assemelham, sendo a partir do ensino secundário que as habilidades específicas para meninos e meninas se diferenciam. Conforme o anúncio do Colégio Reis, colégio masculino do mesmo período, visualiza-se o ensino oferecido aos meninos. No ensino primário: “*leitura*, *grammatica nacional*, *calligraphia*, *aritmética*, *systema métrico*, *geographia*, *historia pátria*, *desenho linear*, *doutrina christian*, etc. E no ensino secundário: ‘*latin*, *portuguez*, *francez*, *inglez*, *alemão*, *grego*, *historia*, *geographia*, *arithmetica*, *mathematicas*, *historia natural*, *physica*, *chimica*, *rethorica*,

*philosophia*”. (Correio Mercantil, 27/07/1875). Assim, percebe-se que as matérias de economia doméstica, bordados, costura, piano, canto e música instrumental eram matérias prioritariamente ministradas para as mulheres; e as matérias de *philosophia*, *mathematicas*, *escripturação mercantil*, *rethorica*, etc. eram matérias ministradas aos homens.

Os *programas escolares* destinados às mulheres revelam como um dos principais ensinamentos às meninas e moças, a ênfase na língua francesa como um dos “passaportes” para o mundo social e cultural da sociedade pelotense. O domínio do francês representava o contato com o universo letrado que ostentava conhecimentos que não eram certamente do domínio de toda a sociedade, mas de algumas mulheres da elite que eram estimuladas a ler e declamar em francês e, a concentração das matérias específicas às mulheres, como um modelo de instrução construído a partir da divisão entre os sexos, com forte influência européia e com saberes adequados à vida da elite pelotense.

Convém explicitar que as escolas femininas, mesmo projetadas para a instrução do sexo feminino, não foram espaços exclusivos das *directoras* e professoras, mas também, dos professores. Identifiquei nesta investigação 21 mulheres atuando como fundadoras e directoras dessas escolas. Entre elas, encontram-se: *Mme. Berta Jeanneret*, *Maria Malvina de Medeiros*, *Mme. Branca Audissou*, *Rosa B. Pinto*, *Adelaide Rodrigues Patricia*, *D. Amália P. Furtado*, *Mme. Lamaignere*, *Miss Mary Milne*, *Isabel Mac Ginity*, *Emilia Frazão Silveira*, *Maria Antonia Mursa*, *Emilia de Mendonça*, *Angelina Kleyn*, *Florinda de Souza Barcellos*, *Anna Barcellos de Moura*, *D. Maria Luiza de Arruda Pires*, *Mme. Messeder*, *Sra. D. Herminia H. da Rocha*, *D. Antonia Rochefort* e *Josephina Laquintinie Queiroz*, *Ursula da Silva Lima*.

Entre o professorado, 10 professoras, cinco do *Collegio de Mme. Jeanneret*: *Mme. Fulcher*, *Camille Tarnac*, *D. Pulcheria Soares*, *Julia Jeanneret*, *Miss Milna*; duas do *Collegio Santa Cecília*: *D. Augusta Martinez* e *D. Amélia Penedo Pinto*; duas do *Collegio Perseverança*: *Maria Imbert* e *Deolinda de Freitas*; uma do *Collegio Honra e Trabalho*: *Mathilde Figueira* e, 22 professores. Entre os 21 anúncios dos *collegios femininos*, em seis escolas apareceram professores como parte do corpo docente, a saber: *Jose Henrique de Lara Ulrich*, *Aristides Guidony*, *Julio Freire*

*Sebastião Domingues, Luiz Carlos Massot, Affonso Massot, Carlos A. Laquintinie, Bernarndo Taveira Junior, Missimi, Benjamin Amarante, Thomas King, Arnizaut Furtado, Francisco de Paula Pires, Charles Cantaluppi, Camilo Tarnac; Eduadro Whilhelmy, Frederico Alberto Trebbi; Alberto M. Moreira, Hemeterio Jorge de Oliveira Marques, Albino da Silva Silveira, João Affondo Correa de Almeida, João Benzon e Fernando Pimentel.*

É possível observar que o magistério nas classes femininas, neste momento, era uma prática de ambos os sexos<sup>7</sup>. Essa prática não era equivalente às mulheres, pois, ao analisar os anúncios do colégio masculinos observa-se que enquanto os homens poderiam atuar nos colégios femininos, o inverso não ocorria, o que denota um cenário educacional desigual no que tange a questão de gênero. O que demonstra uma clara diferença entre os sexos na carreira do magistério e uma difícil ascensão das mulheres na vida como professoras.

Entre esses professores, é preciso destacar que eram homens “bem conceituados” na sociedade. Segundo Peres, (2002, p.59), Francisco de Paula Pires, por exemplo, foi “professor dos cursos noturnos da BPP – defendia a instrução para mulheres”. Esses exemplos dos professores demonstram que, em sua maioria, estes eram homens “de destaque” na sociedade pelotense, donos de jornais, escritores, poetas, políticos, artistas, músicos, fotógrafos, etc.

Apesar dessas diferenças, pode-se concluir que as classes femininas contribuíram para o crescimento das mulheres no magistério. Conforme Almeida (1998, p.111), esse fenômeno da ocupação no magistério por parte das mulheres ocorreu nessa época, porque as mulheres “pela Lei de 5 de outubro de 1827 adquiriram o direito à educação” e segue:

(...) o repúdio à coeducação e à necessidade de professoras para reger classes femininas, dado a moral vigente não vendo com bons olhos professores ensinando meninas, possibilitou a abertura de um espaço profissional para as mulheres no ensino.

Nesse sentido, o trabalho docente e a presença das mulheres nas escolas femininas privadas, merecem maiores considerações. A presença concomitante das

<sup>7</sup> Após identificar um significativo número de professores, fica a sugestão da necessidade de um estudo mais aprofundado sobre os professores das escolas particulares.

professoras e professores na formação das meninas denota estes espaços de relações e convivências como uma área permeada por disputas. Assim, para salientar suas qualificações as professoras, ao oferecer seus serviços, enalteciam características importantes para as famílias das moças, como por exemplo, ter *ternura maternal* ou ser *moralisadora e inteligente*. Nesse sentido, as professoras usavam atributos, virtudes, dotes que as distinguiam na época, como atrativo da possibilidade de oferecer uma “boa educação”.

Somados às qualidades morais, os termos *habilitadas* ou *completamente habilitadas* referiam-se, nos anúncios, à formação das professoras e diretoras. Na educação feminina, parece ter sido um diferencial o destaque da qualidade das professoras, sua chegada de outros países, a própria condição da professora de ser estrangeira e, principalmente, os diplomas, exames e aprovações em Universidades da França, da Corte, do Conselho da Instrução Pública. Algumas professoras atestavam, através dos anúncios, essas qualificações, como é o caso de *Mme. Messeder*, formada pelo *Conselho Director da Instrucção Publica de Paris*, que oferece “para quem queira certificar-se seus diplomas” (A Discussão, 11/12/1887); *Emilia de Mendonça*, professora aprovada pela *Instrucção Publica da Corte* (A Nação, 04/06/1884); *Angelina Kleyn*, *habilitada nos melhores institutos da Alemanha e Bélgica* (Correio Mercantil, 05/01/1886); *Isabel Mac Ginity*, *aluna do Collegio São José em São Leopoldo* (*Jornal do Commercio*, 07/01/1881) e professora do *Collegio de Mme. Jeanneret*. Sendo assim, verifica-se que muitas professoras possuíam uma formação com importantes qualificações, o que contribuía, provavelmente, na disputa do mercado de trabalho.

Nos mesmos anúncios, verificou-se que as proprietárias destas escolas concentravam-se e disputavam o perímetro central da cidade de Pelotas. Cercados por estabelecimentos comerciais, bancos, instituições públicas, palacetes, residências das famílias mais abastadas, próximas da Praça Cel. Pedro Osório e do Teatro 7 de Abril, o centro da cidade também mantinha como estabelecimento de ensino os colégios femininos. Além disso, as numerações indicam que os colégios ficavam muito próximos. Em relação à ocupação dos pontos centrais da cidade pelas escolas, somada a essa característica da localização central das escolas, observa-se a preocupação com a qualidade dos prédios, edifícios e sobrados. Nos

anúncios, salientavam suas *espaçosas acomodações*, ou seja, reflexo das preocupações higienistas da época.

Para manter estes serviços, as escolas cobravam mensalidades, descritas como: *contribuição das alumnas, condições, preços, pensões trimestrais, pensões trimestralmente adiantadas*. Os valores e as formas de pagamentos indicam, sem dúvida, que essas escolas eram para a elite pelotense. Sendo assim, a falta de escolas e de professoras/es para essa classe social foi sendo solucionada ou minimizada através dessas escolas.

Muitos seriam os exemplos ilustrativos destes anúncios para caracterizar estas escolas, porém é preciso evidenciar que os anúncios, além de representar a oferta e, de certa forma, uma demanda pela instrução feminina, eles mostram as mudanças em relação à quantidade e ao tempo de circulação, os movimentos e as trajetórias desses colégios no período pesquisado.

Algumas escolas perduraram e se estabilizaram por longos anos e outras foram sendo sistematicamente substituídas, é preciso destacar o caráter “rotativo” de muitas dessas escolas. Apesar dessas diferenças entre a quantidade de anúncios publicados por cada colégio e o seu tempo de duração, foi possível apontar o crescimento dos colégios, principalmente após o ano de 1878, quando o número e variação de escolas anunciadas aumentam e a permanência de dois colégios que se mantiveram anunciando desde os anos de 1875 até o final dos anos 80: o *Collegio de Meninas de Mme. Jeanneret* (1875-1890), de Berta Jeanneret, e o *Collegio Acacia* (1875-1887), de Maria Malvina de Medeiros. A incidência dos anúncios desses colégios, principalmente o Collegio de Meninas Jeanneret, cujos anúncios aparecem todos os anos da pesquisa, sem dúvida, revela o sucesso dessas escolas na cidade.

Por fim, ao contrário de muitos estudos revelam, ou seja, apenas uma educação moral e doméstica ao sexo feminino, os colégios dessas professoras ofereciam um *programa escolar* amplo e variado, com professoras e professores qualificadas, prédios próprios, bem localizados e algumas permanecendo por um longo espaço do tempo. Os colégios femininos, conforme afirmei, foram sem dúvida, um importante espaço no mercado de trabalho para as mulheres.



## 6. Considerações Finais:

O magistério, em domicílio ou em escolas, significou na sociedade pelotense do século XIX, assim como em outras partes do país, um mercado promissor às mulheres. Aproveitando-se de um momento em que o magistério se consolidava como profissão feminina e era aceito socialmente como trabalho de mulheres e da difusão do discurso da emancipação feminina e da necessidade de escolarização das meninas, associado, também, em nível local, de um momento de prosperidade e riqueza econômica, essas mulheres-professoras ocuparam de forma significativa o espaço público. O magistério foi uma das formas mais importantes de conquista desse espaço.

Nesse sentido, destaco este trabalho como um importante registro de uma parte da história das mulheres com o mapeamento das aulas e dos colégios particulares do final do século XIX, o qual provavelmente não seria possível de ser feito através de outras fontes.

## 7. Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do Magistério Feminino em Portugal e Brasil (Séculos XIX e XX). In: Souza, Rosa Fátima de; Valdemarin, Vera Teresa e Almeida, Jane Soares de. **O Legado Educacional do Século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

CURY, Carlos Roberto J. **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Org. José Claudinei Lombardi, Mara Regina M. Jacomeli, Tânia Mara T. da Silva. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Usinal, 2005.

CARDOSO, Teresa Fachada. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol.1: séc. XVI-XVIII, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 179

FARIA FILHO, Luciano. M. & VIDAL, Diana G. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. 500 Anos de Educação Escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Editora Autores Associados. Mai/Jun/Jul/Ago. p. 19-33, n.14. 2000.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Pensar categorias em História da Educação e Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n.11, nov. p. 19-29, 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na Sala de Aula*. In: **História das Mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). São Paulo: Contexto, p.443-481, 1997a.

\_\_\_\_\_. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. Org. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Escrituras Editora, 1997b.

\_\_\_\_\_. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**. V.20, n.2, p.101-133, jul/dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva de gênero. **Projeto História**, São Paulo, n.11, nov., p. 31-46, 1994.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EdUFPEL: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

PERES, Eliane T. **Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PRIORI, Mary DEL. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarin & Vainfas, Ronaldo (org). **Domínios da História**. São Paulo: Ed.Campus, 1997.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

\_\_\_\_\_. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. **Educação e Pesquisa**. Vol.31 n.3, São Paulo Set.Dez. 379-390, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. V.20, n.2, p.71-99, jul/dez. 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O público e o privado como categoria de análise em educação. Org. José Claudinei Lombardi, Mara Regina M. Jacomeli, Tânia Mara T. da Silva. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Usinal, 2005.

TAMBARA, Elomar e ARRIADA, Eduardo. Leis e Regulamentos sobre Educação no Período Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. **Coleção Documentos da Educação Brasileira**. Brasília, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro: Lei de 1827; Reforma Couto Ferraz – 1854; Reforma Leôncio de Carvalho – 1879. Pelotas: Seiva, 2005b. (Filosofia e História da Educação; n.3).

TAMBARA, Elomar. *A Educação Feminina no Brasil ao final do século XIX*. **Revista História da Educação**. N.1 (abr. 1997) – Pelotas: Editora da UFPEL – Semestral, p. 67-90, 1997.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Casa e os seus Mestres**. A educação no Brasil Oitocentos. Rio de Janeiro Gryphus, 2005.